

Entidades do setor elétrico se articulam para derrubar extensão da Reserva Global de Reversão

Seg, 31 de Janeiro de 2011 14:31 Fonte: [Agência Estado - Wellington Bahnemann](#)

As associações do setor elétrico começam a se mobilizar para reverter a extensão do encargo setorial Reserva Global de Reversão (RGR), cujo prazo foi prorrogado pelo governo federal até 2035. Um grupo de 11 entidades planeja enviar ainda esta semana uma carta para diversas instâncias do governo federal, entre elas o

Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Fazenda e a Presidência da República, cobrando que a presidente Dilma Rousseff cubra a promessa de campanha de reduzir a carga tributária do setor.

Na última terça-feira, as entidades Abradee (distribuidoras), Abraceel (comercializadoras), ABCE (concessionárias), Apine (geradores), Abraget (geradores térmicos), ABEEólica (usinas eólicas), Abrate (transmissoras), Abragel (pequenos geradores), Abrace (consumidores) e Anace (consumidores) se reuniram para discutir a questão.

Além da elaboração da carta à presidente da República, ficou acertado no encontro que as associações irão buscar uma articulação com o Congresso Nacional para derrubar a extensão da cobrança do encargo.

"Ficou acertado que cada entidade irá mobilizar os seus contatos no Congresso para reverter a extensão do prazo", disse o presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia, Carlos Faria. A prorrogação da RGR foi oficializada pelo governo federal na Medida Provisória (MP) nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Para que isso não se concretize, os congressistas devem apresentar emendas à MP até o dia 7 de fevereiro, o que explica a grande pressão das entidades.

"Hoje, não faz mais sentido a extensão do prazo da RGR", afirmou Faria.

Criada em 1957, a RGR tem como objetivos: universalizar os serviços de energia elétrica no País, custear as indenizações dos proprietários de concessões que retornarem à União, desenvolver fontes alternativas de energia e promover o uso racional da energia elétrica. De fato, o prazo original para encerramento da RGR era 2002, mas foi prorrogado até o final de 2010 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora, no apagar das luzes do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o encargo foi prorrogado até 2035.

A extensão do prazo é fortemente criticada pelos agentes do setor elétrico. Segundo Faria, o novo prazo da RGR irá impor uma perda de R\$ 40 bilhões aos consumidores brasileiros até 2035 - nos cálculos dos analistas do Barclays Capital, a RGR representa entre 2,5% e 3% da conta de luz. "É difícil a indústria ter um custo competitivo quando temos uma carga tributária dessa magnitude", reclamou o executivo, em referência ao fato de que os encargos setoriais e os tributos representam 45% do valor pago na tarifa de energia elétrica no Brasil.

Na visão da entidade, não há motivos que explique a continuidade da cobrança da RGR. Hoje, uma parte dos recursos arrecadados pelo encargo é destinada ao programa federal de universalização Luz Para Todos, previsto para ser concluído ao final deste ano. O executivo acrescentou que o fundo da RGR, administrado pela Eletrobras, tem R\$ 7,92 bilhões em caixa, o que dispensaria a necessidade que o encargo continuasse a ser cobrado dos consumidores brasileiros.

Link: [ANACE](#)